



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS ERECHIM**  
**CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS DA**  
**NATUREZA - LICENCIATURA**

**VALDEMOR TEDESCO**

**ESCOLA DO CAMPO: A SALA DE AULA COMO PRÁTICA DE PRESERVAÇÃO**  
**DA LÍNGUA KAINGANG**

**ERECHIM- RS**

**2021**

**VALDEMOR TEDESCO**

**ESCOLA DO CAMPO: A SALA DE AULA COMO PRÁTICA DE  
PRESESERVAÇÃO DA LÍNGUA KAINGANG**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação  
apresentado a Universidade Federal da  
Fronteira Sul - Campus Erechim, como  
requisito parcial para obtenção do Título de  
Licenciado Interdisciplinar em Educação do  
Campo - Ciências da Natureza.  
Orientador Prof. Dr. Almir Paulo dos Santos.

**ERECHIM -RS**

**2021**

# ESCOLA DO CAMPO: A SALA DE AULA COMO PRÁTICA DE PRESESAVAÇÃO DA LÍNGUA KAINGANG

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 05 de outubro de 2021.

## BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Almir Paulo dos Santos – UFFS  
Orientador

---

Prof<sup>o</sup>. Me. Moises Marques Prsybyciem – UFFS  
Avaliador

---

Prof<sup>a</sup>. Ma.. Elisabete Cristina Hammes – UFFS  
Avaliadora

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Juliane Bonez – SEDUC Erechim-RS  
Avaliadora Externa

**FICHA CATALOGRAFICA**

SITE DA BIBLIOTECA

## **DEDICATÓRIA FAMILIAR**

A vida é uma longa corrida onde a persistência e a integridade são absolutamente necessárias para alcançarmos nossas metas.

Sua luta não termina quando sentir cansaço, mas quando atingir o sucesso tão merecido.

Dedico a quem muito me ajudou, quem me fez chegar até aqui, eu agradeço de coração, Deus, por ter me dado saúde, esta Instituição Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), família e amigos e quem mais esteve ao meu lado minha esposa, família, é a única coisa que ninguém nos tira, apenas distância da vida, a que fica o meu agradecimento a todos e a todas, OBRIGADO!

## AGRADECIMENTOS

Nesse momento quero de maneira muito especial agradecer aqueles que proporcionaram motivações para que esta conquista pudesse ser alcançada na minha vida pessoal e profissional.

Primeiramente a Deus, por ter me concedido paz saúde, e alegria por ter me direcionado e acompanhado nesta minha caminhada em busca de uma formação e ter colocado pessoas importantíssimas na minha vida, durante os anos que foram parte da minha vida, minha história.

A minha abençoada família que nunca mediu esforços em colaborar comigo com os pensamentos positivos e outros, para que eu pudesse estar tranquilo mesmo nas horas difíceis durante essa caminhada.

Agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul, pelo acolhimento, pela atenção e o carinho de todos os profissionais, professores da UFFS, que foram muitos, não vou citar o nome de todos.

Obrigado a esses profissionais da educação do campo, que me deram muito carinho e atenção e incentivos, para os conhecimentos científicos na área de Ciências da Natureza.

Aos professores das escolas que permitiram os meus estágios e para essa pesquisa, que atuaram nesse período de minha formação incentivando e dando tranquilidade para que eu pudesse concluir o curso.

Ao orientador Dr. Almir Paulo dos Santos, por contribuir com a pesquisa e os diálogos. Aos membros da banca, Doutorando Moises Marques Prsybyciem, Me. Elisabete Cristina Hammes e Me. Juliane Bonez, pelas análises e sugestões, meu muito obrigado.

Para a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso, tivemos muitas dificuldades devido à pandemia, sendo necessário muito diálogo e atenção de colegas e profissionais da educação, mas meu muito obrigado a todos e a todas que participaram da minha história. OBRIGADO!!

## RESUMO

O presente trabalho de Conclusão de Curso busca ampliar os elementos sobre a preservação da língua Kaingang a partir das práticas de ensino aprendizagem em escolas da Educação do e no Campo. Tem por objetivo identificar nas práticas pedagógicas de professores de língua Kaingang em escolas do e no campo, quais estratégias que estão sendo utilizadas para a preservação e manutenção da língua Kaingang. Focaliza localizar os elementos que permitem a continuidade da língua materna e da cultura dos povos originários, a partir do olhar de professores Kaingang que atuam nas práticas de ensino aprendizagem e na gestão em escolas do e no campo. A abordagem metodológica desenvolvida é a qualitativa, de natureza exploratória. O instrumento utilizado para essa coleta/construção, foi a aplicação de entrevistas semiestruturadas. Para a coleta de dados foram utilizados como fontes de informação dois professores indígenas que atuam em escolas na comunidade de falantes da língua Kaingang do município de Nonoai/RS. As respostas foram analisadas na perspectiva da análise de conteúdo (Bardin 2016), buscando apontar os elementos que se destacam, na percepção dos entrevistados, sobre as ações que ocorrem para a manutenção da língua materna, no caso deste estudo, a língua Kaingang, ou seu esquecimento. Entre os elementos apontados, um deles refere-se às mudanças que foram ocorrendo com chegada das escolas nas comunidades indígenas, considerando que o espaço educativo se desloca da comunidade para as quatro paredes do espaço escolar, ocasionando uma maior dificuldade de ser repassado os conhecimentos culturais e da língua dos mais velhos para os mais novos. Por isso, a importância dessa pesquisa, como necessidade de aulas específicas da língua Kaingang nos espaços das práticas de ensino aprendizagem, no contexto escolar. Além disso, outro fator que influenciou na perda da identidade é a modernidade e os impactos das novas tecnologias, onde a língua e cultura são outras. No entanto, a Educação do Campo vem com uma proposta de que a educação seja construída pelo povo indígena, na comunidade indígena, com uma educação voltada para a realidade, que atenda às necessidades deste povo. A escola e seus profissionais, também fortalecem a preservação, quando incentivam as famílias a retomar sua cultura e sua língua, conectando a atividades práticas de seus alunos, com no contexto familiar. Escola e família, devem estar conectados para a preservação da língua e da cultura. Entendemos que a sala de aula poderá contribuir para a preservação da língua Kaingang, mantendo a utilização da língua materna, na medida onde a formação de seus professores possa também acontecer na sua língua, bem como a produção de material e disponibilidade de textos, de forma que o conhecimento impresso e digital também abarque a história de seu povo, suas tecnologias, conhecimentos, saberes e práticas. A formação docente, para tanto, também necessita acompanhar estas demandas.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Língua Kaingang. Bilinguismo.

## ABSTRACT

This Course Completion work seeks to expand the elements on the preservation of the Kaingang language from the teaching-learning practices in Education schools in and in the countryside. It aims to identify, in the pedagogical practices of Kaingang language teachers in schools in and in the countryside, which strategies are being used for the preservation and maintenance of the Kaingang language. It focuses on locating the elements that allow the continuity of the mother tongue and the culture of native peoples, from the perspective of Kaingang teachers who work in teaching-learning practices and in management in schools in and in the countryside. The methodological approach developed is qualitative, exploratory in nature. The instrument used for this collection/construction was the application of semi-structured interviews. For data collection, two indigenous teachers who work in schools in the community of speakers of the Kaingang language in the municipality of Nonoai/RS were used as sources of information. The answers were analyzed from the perspective of content analysis (Bardin 2016), seeking to point out the elements that stand out, in the interviewees' perception, about the actions that occur to maintain the mother tongue, in the case of this study, the Kaingang language, or your forgetfulness. Among the elements mentioned, one of them refers to the changes that have occurred with the arrival of schools in indigenous communities, considering that the educational space moves from the community to the four walls of the school space, causing greater difficulty in passing on cultural knowledge and from the language of the oldest to the youngest. Therefore, the importance of this research, as a need for specific classes of the Kaingang language in the spaces of teaching-learning practices, in the school context. Furthermore, another factor that influenced the loss of identity is modernity and the impacts of new technologies, where language and culture are different. However, Educação do Campo comes with a proposal that education be built by the indigenous people, in the indigenous community, with an education focused on reality, which meets the needs of these people. The school and its professionals also strengthen preservation, when they encourage families to return to their culture and language, connecting their students' practical activities with the family context. School and family must be connected for the preservation of language and culture. We understand that the classroom can contribute to the preservation of the Kaingang language, maintaining the use of the mother tongue, as the training of its teachers can also take place in their language, as well as the production of material and availability of texts, in a way that print and digital knowledge also encompass the history of its people, their technologies, knowledge, knowledge and practices. Therefore, teacher education also needs to keep up with these demands.

**Keywords:** Rural Education. Kaingang language. Bilingualism.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2 ESCOLAS DO E NO CAMPO E FORMAÇÃO DE EDUCADORES</b> .....	<b>14</b>
2.1 A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DA LÍNGUA KAINGANG .....	16
2.2 QUANDO A LÍNGUA MATERNA, POR FORÇA DA LEI, TORNA-SE UM DIREITO.....	19
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>22</b>
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	22
3.2 COLETA E CONSTRUÇÃO DOS DADOS .....	22
3.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS .....	23
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>25</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>37</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>39</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Observamos cada vez mais que a língua materna dos indígenas da etnia Kaingang, em algumas comunidades (Região Norte do Rio Grande do Sul – no município de Nonoai), têm dificuldades de falar o Kaingang, principalmente nas faixas etárias mais novas. A escola tem sido um espaço importante para a preservação da língua, propiciando condições, processos e tempos formativos, estendendo aos ambientes familiares. Seguindo a Constituição Federal de 1988, os povos indígenas têm direito a uma educação diferenciada, cultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a educação escolar indígena (BRASIL, 1988, artigo 231).

Na atualidade, quase toda população de língua nativa já é bilíngue e muitos passam a ser monolíngues na língua da sociedade predominante. Para os processos educacionais isso é importante, pois abre a possibilidade de inserção no ensino superior, na oportunidade de profissionalização, para melhorar a realidade de suas comunidades. Porém, o desafio está em preservar a identidade cultural e, ao mesmo tempo, e principalmente o foco desta pesquisa, a língua materna Kaingang. Sabemos que é importante acompanhar as inovações contemporâneas e a formação constante de professores para atuarem nas escolas indígenas e não indígenas, mas acima de tudo entendemos que preservar a língua materna é de fundamental importância para os costumes, cultura, alimentação, dentre outros elementos, para o povo Kaingang.

Entendemos ainda que a formação no ensino superior poderá contribuir para que os povos indígenas se fortaleçam na luta por seus direitos, pela preservação de suas culturas e valorização da língua Kaingang, que é seu maior patrimônio.

A escolha deste tema surge enquanto acadêmico do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza licenciatura. Como acadêmico deste curso, foi possível perceber a importância de investir na ampliação dos elementos relacionados à preservação da língua Kaingang. Observou-se nas vivências entre as comunidades indígenas a dificuldades que alguns indígenas tinham em falar a sua língua. Também, durante os estágios no contexto escolar ficou explícito que vários alunos tinham dificuldades de comunicar-se em Kaingang. Foi a partir dessa socialização que a temática ganhou importância nessa pesquisa. Os professores/as do referido curso e meus colegas, também me incentivaram em escolher esta temática, tão importante para a preservação de nossa cultura e costumes, que é a língua e nossa identidade.

E, nesse processo, vamos percebendo os motivos que contribuíram para que a identidade a língua materna do povo indígena esteja se perdendo. Porque a importância é para que nosso povo não continue nesse processo de perda dos costumes e da cultura do povo indígena.

Os povos do campo se caracterizam por diferentes sujeitos: pequenos agricultores, povos indígenas, quilombolas assentados, ribeirinhos, dentre outros (CALDART, 2004). E cada um deles tem seu próprio jeito de produzir e viver, com diferentes visões sobre o mundo, diferentes formas de fazer a própria resistência no campo, diferentes lutas. A preservação da língua Kaingang é uma das estratégias, também de luta, que as escolas indígenas e seus professores estão fazendo, na educação do e no campo. A língua é a identidade de um povo. Preservar sua identidade é de uma significância enorme para resistir as diferentes perspectivas econômicas e culturais de uma única linguagem a do lucro.

São diferentes formas de lutas, mas com sentido próprio e comum dos povos que ao longo da história foram oprimidos, explorados e principalmente induzidos, pelo sistema opressor, que aos poucos buscou retirar a sua identidade. Vítimas da opressão e da discriminação econômica, política, cultural, com foco nos jovens do campo. Como estratégia de resistência, entendemos que resgatar a língua Kaingang é preservar a identidade de um povo, defender seus direitos e suas especificidades culturais.

Nesse sentido, iniciativas que valorizem as realidades vividas nas comunidades do campo se fazem necessárias. Segundo Costa e Cabral (2016) é preciso considerar os espaços do campo como meio de criação, de possibilidades de crescimento e de desenvolvimento em todas as áreas, considerando os habitantes que ali residem, pois são portadores e construtores de cultura e de conhecimento, com identidade própria, com valores e princípios que os identificam. A escola precisa contribuir nesse projeto de resistência, e através das aulas de Kaingang, auxiliar na recuperação de aspectos próprios da identidade dos povos do campo, auxiliando para que as famílias retomem o diálogo cultural a partir da sua língua materna, e consequentemente, de sua identidade, costumes e tradições.

As escolas indígenas do campo vêm trabalhando juntamente com as lideranças indígenas, e têm contribuído na preservação da língua materna Kaingang, com componentes específicos em sala de aula, auxiliando e dialogando com as famílias indígenas Kaingang para a continuidade e preservação da sua língua materna, tornando-se, assim, objeto de investigação dessa pesquisa.

Com o foco nestes elementos, esta pesquisa busca discutir a preservação da língua Kaingang em escolas de educação do e no campo, no sentido de colaborar na construção da

manutenção da língua materna e na construção da identidade dos jovens indígenas. Tem como **problema de pesquisa**: Quais práticas de ensino e de aprendizagem e as estratégias pedagógicas estão sendo desenvolvidas em algumas escolas de educação do e no campo para a preservação da língua materna da etnia Kaingang?

Assim, visando responder ao problema de pesquisa, estabeleceu-se o seguinte objetivo geral:

Identificar e analisar nas práticas educativas de professores de língua Kaingang em escolas do e no campo, quais estratégias estão sendo utilizadas para a preservação e manutenção da língua da etnia Kaingang.

Para o desenvolvimento do trabalho e para atingir o objetivo geral dessa pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Discutir elementos teóricos referente a preservação da língua da etnia Kaingang, focalizando o contexto pedagógico das escolas do e no campo e a construção da identidade indígena;

- Investigar, a partir das práticas pedagógicas de professores das escolas, elementos que contribuem no uso da língua materna e na preservação da cultura do povo Kaingang.

- Analisar as práticas pedagógicas que potencializam a manutenção da língua Kaingang em escolas do e no campo que possibilita a preservação de sua cultura e identidade, tão significativas para a comunidade indígena Kaingang.

Neste sentido, justifica-se a escolha pela temática a preservação da língua materna da etnia Kaingang em escolas de educação do e no campo, no sentido de colaborar na construção da manutenção da língua e na construção da identidade dos jovens indígenas. Entendemos que a escola pode ser um espaço potencializador, a partir dos alunos, da retomada dos diálogos, referente a língua materna Kaingang com as famílias e moradores da comunidade indígena. Pesquisando esta temática pude perceber que cada vez mais está se perdendo os costumes e até mesmo a identidade dos jovens indígenas, que futuramente pode estar ameaçada.

Além disso, enquanto acadêmico do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza, nas vivências do tempo comunidade, pude identificar a importância de uma pesquisa com essa temática. Da mesma forma nos Seminários Integradores, os quais envolvem todos os componentes curriculares em um só trabalho, e ainda nos estágios, essa que é uma das etapas mais importantes do nosso processo formativo, onde foi possível identificar não só a importância da preservação da língua materna, mas também as práticas educativas desenvolvidas por alguns professores, buscando a manutenção da língua Kaingang.

Por isso, é importante conhecer quem você é, conhecer suas raízes para entender as mudanças culturais que ocorrem no presente e que ocorrerão no futuro. O jovem indígena tendo a identidade formada poderá levar o conhecimento da comunidade para a universidade, podendo sair da aldeia, adquirir o conhecimento científico que vem de fora, e voltar para o seu povo, sem perder sua identidade.

O incentivo é importante para preservar seus costumes. Porém, o esforço, a dedicação e a organização da aldeia possibilita retomar, fortalecer e educar a partir de seus costumes, culturas e identidade. A interferência do homem branco nas reservas indígenas, através de parcerias na plantação de suas terras indígenas, também faz com que suas culturas venham se distanciando ainda mais, por estar desenvolvendo a lógica capitalista nas terras indígenas.

E, é por esta razão que temos que incentivar os jovens indígenas a preservar sua cultura e manter viva a sua língua, para que não percam suas raízes e seus costumes, pois só assim não deixaremos de ser índios. Desse modo, seguimos nossa discussão em direção as escolas do e no campo, buscando encontrar caminhos que fundamenta teoricamente a importância da preservação da língua Kaingang nos espaços formativos dos educadores.

## 2 ESCOLAS DO E NO CAMPO E FORMAÇÃO DE EDUCADORES

A escola na educação do e no campo ocorre conectada à uma educação conectada com a vivências do e no campo. Não está desfocado da sua realidade, mas sim, juntas. A educação é parte integrante da cultura, realidade e vivências do campo. Teve seu início a partir de muitas lutas, visando garantir direito aos povos que vivem no e do campo a uma educação que seja voltada para sua realidade e interesses. Para Arroyo, Caldart e Molina (2004) a escola do campo foi tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro. Foi negado o acesso à educação do e no campo como o reconhecimento e a garantia do direito à educação básica.

A educação ofertada aos camponeses no decorrer da história era uma extensão de educação urbana, uma educação que não considerava sua cultura, seus valores, sua realidade, com intensão de escolarizá-lo para o mundo do trabalho urbano, provocando a saída dos sujeitos do campo para se tornarem operários na cidade. Isso está acontecendo, e sempre aconteceu com os povos indígenas.

A Educação do Campo não pode ser uma educação descontextualizada, ser somente um espaço de educação centrada em si mesma. Precisa estar voltada aos interesses da comunidade, contribuindo para que os povos indígenas sigam suas tradições culturais, envolvendo a todos, porque só assim poderá auxiliar para que os jovens não percam sua língua materna.

Observamos que a formação do professor pode ser o caminho para que se materialize a Educação do Campo como uma proposta de educação diferenciada, onde se tenha o vínculo entre ensino e trabalho, reconhecendo os saberes já produzidos na realidade de sua comunidade rural, procurando integrar os conhecimentos científicos ao conhecimento da realidade do aluno como sujeitos do campo.

A II Conferência Nacional de Educação do Campo foi um espaço importante ao defender a necessidade de uma política específica de formação dos profissionais da Educação do Campo. As entidades participantes da Conferência colocaram a necessidade de superar a desigualdade social e a miséria, existentes no campo, e a importância de fortalecimento da produção camponesa/familiar, que se constitui num projeto de desenvolvimento sustentável e na superação da dicotomia e subordinação do campo pela cidade. A Educação do Campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, para atender as necessidades dos sujeitos do campo.

[...] entender que a educação do campo é semente de uma nova realidade para agricultura familiar e camponesa, é luta por universalização de direitos, resgate histórico, mas deve estar sempre vinculada à discussão da produção, à sustentabilidade produtiva dos assentamentos e comunidades de pequenos agricultores, como também, à formação dos técnicos, discussões tecnológicas e econômicas (II CONFERÊNCIA, 2004, p. 21).

Entendemos, assim, como Costa e Cabral (2016) que a Educação do Campo visa a construção de um modelo educativo próprio, que valorize os saberes dos povos do campo, seus modos de vida, suas culturas, suas identidades, respeitando essa diversidade, constituindo-se em um espaço onde se tenha direito a educação do e no campo.

Encontramos também em Arroyo (2012), algumas contribuições para se pensar um projeto de educação voltado às necessidades dos povos do campo, de forma que a escola do campo deve ser espaço onde sejam incorporados os saberes da terra, do trabalho e da agricultura camponesa. Destaca também a necessidade de ser um projeto que respeite as especialidades de ser-viver a infância –adolescência, a juventude e a vida adulta no campo, de maneira a incorporar nos currículos estas propostas. A escola deverá partir da realidade do aluno, e ir além, de forma que os saberes, concepções de história, de sociedade, de libertação, desenvolvidos pelos movimentos sociais, possam fazer parte do conhecimento escolar.

Santos e Neves (2012, p. 3), resgatando a compreensão de Fernandes, Cerioli e Caldart (2009) propõe que:

[...] a Educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, para atender as necessidades dos sujeitos do campo. Mas sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz.

Ainda assim, podemos perceber que muitos acreditam que a educação do campo é igual à educação rural, numa visão que subordina o campo à cidade. Mas a educação do campo visa trabalhar para os povos do campo, voltado às necessidades apontadas pelos movimentos sociais.

Conforme apontado por Santos e Neves (2012, p. 2), Caldart (2009) entende que,

[...] esse modelo de educação nasceu vinculado aos trabalhadores pobres do campo, aos trabalhadores sem-terra, sem trabalho, dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra a situação em que se encontravam, ampliando, assim o olhar para o conjunto dos trabalhadores do campo.

Da mesma forma que a Educação o Campo se diferencia do modelo da escola da cidade, a escola indígena busca se diferenciar para não perder a sua essência. Mais do que educar para a realidade que a cerca, a educação indígena precisa lutar pelo que sempre lhe foi negado: o direito de se desenvolver em sua língua materna.

É através dela que os conhecimentos e tradições poderão permanecer vivas. Preservar a cultura, sua identidade e a língua são importantes para manter viva a realidade e a história do povo Kaingang.

A escola do e no campo, nas aldeias indígenas poderá contribuir para a preservação da língua materna e no desenvolvimento de reflexões críticas, destacando a importância e a necessidade de manter viva a memória cultural e as expressões próprias e específicas deste povo. Isso é significativo, quando as famílias e a comunidade também se fazem parte integrante desse processo. Passamos na sequência a discutir a importância da preservação da língua Kaingang.

## 2.1 A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DA LÍNGUA KAINGANG

Nos dias atuais vemos que a identidade dos povos indígenas vem se perdendo a cada dia. As causas são diversas, e algumas estão relacionadas a pouca utilização da língua materna nas mais diferentes formas de interagir com as pessoas e com os equipamentos eletrônicos. Geralmente o afastamento das aldeias em busca de trabalho e sobrevivência tem causado a perda da língua, pois o convívio social é outro.

Percebemos que a utilização de novas tecnologias (uso do computador, celular), tem um forte fator atrativo, principalmente para os jovens, inserindo novas formas de visualizar a realidade. A tecnologia pode contribuir com a realidade e aprendizagem do povo indígena, mas, visualiza-se que muitos aplicativos tecnológicos têm retirado o tempo do diálogo verbal entre os sujeitos do campo. Há, assim, pouca convivência com as questões culturais e históricas das tradições indígenas, gerando o desinteresse de aprender os costumes com os mais velhos.

Se, como apontam Silva e Pioverzana (2013), cada povo tem modo de viver, de se organizar, tem seus costumes, valores, suas culturas, e essa cultura se manifesta nas tradições, mitos, na economia, na história, na língua, percebemos que, nas comunidades indígenas, estes elementos têm sofrido forte influência da sociedade envolvente.



Nas áreas indígenas, não são só os jovens que sentiram essa mudança, mas toda a comunidade. Percebemos que, pouco a pouco, os alunos das escolas indígenas cada vez utilizam mais as tecnologias, que estão inseridas em nosso cotidiano. Entendemos que precisamos nos apropriar destas ferramentas, modernizando nossas escolas, mas devemos localizar maneiras de preservar nossa cultura. E dominando essa tecnologia, o professor poderá fazer aulas diferentes, utilizando o computador, ensinando os alunos a mexer nessas novas tecnologias que a cada ano vem se inovando.

No entanto, podemos observar dentro da nossa cultura indígena que os mais velhos possuem muitos conhecimentos imprescindíveis para revitalização de alguns saberes tradicionais, que são passados para os mais novos, e essa transmissão de conhecimento é essencial para manter a identidade de um povo. Assim, o desafio que se apresenta é fazer da escola um espaço de saberes múltiplos, onde a tecnologia esteja a serviço da preservação dos conhecimentos tradicionais, utilizando-se, prioritariamente, da língua materna.

Dessa forma é preciso educar de modo a construir, também, novas formas de relacionamento com o conhecimento e com os sujeitos deste. É necessário sair da perspectiva de que os saberes só a alguns pertencem, afinal todos somos produtores de conhecimentos e não há por que mantermos as relações hierarquizadas em relação ao saber (CASTRO, 2008).

Assim, de nada adianta os alunos indígenas das escolas do campo acessarem conteúdos na internet, se isso significa a perda de seus conhecimentos específicos e originários. As tecnologias devem estar a serviço dos interesses e necessidades daqueles que as utilizam.

Oliveira (2006) também afirma posicionamento semelhante quando diz que a compreensão das múltiplas relações em que o indivíduo está inserido deverá ter como proposta de educação um modelo completamente diferente daquele que se tem caracterizado em nossa sociedade, em que se compreende o fenômeno educativo como pura transmissão do saber, colocando o aprendiz como mero receptor de informações, incapaz de desenvolver a criticidade sobre informações e saberes trabalhados, por isso mesmo, alheio à necessidade de transformação da realidade social vigente.

As Tecnologias Digitais e, em especial, o computador e o acesso à Internet, têm proporcionado aos indivíduos novas formas de aprender e de pensar. A expansão de possibilidades nessas formas de aprendizagem não dispensa o papel mediador do professor, bem pelo contrário. Ele deverá atuar como articulador dos saberes a serem construídos pelos sujeitos (CASTRO, 2007). O papel do educador precisa se transformar assim como e com tanta velocidade quanto se transformam as novas formas de aprendizagem.

Quando os acadêmicos indígenas chegam em uma universidade para cursar o ensino superior, eles se deparam com algo diferente de seus costumes, pois a tecnologia está presente em muitos momentos nesse espaço formativo. O que difere do cotidiano e mesmo da vivência nas escolas das comunidades, onde o aprendizado está nas práticas do seu dia a dia e não no uso intensivo da tecnologia. Então, ali existem pontos positivos e pontos negativos para os acadêmicos indígenas.

Seguindo nessa mesma ideia, podemos ver que existe um medo dos indígenas de perder a sua língua materna com a chegada dessas novas tecnologias, pois não há dúvida de que os sujeitos do campo sofrem uma exclusão de oferta de computadores e Internet no campo. E quando um indígena entra numa universidade, muitas vezes não sabe nem mexer em computador. Esta exclusão só vem se associar a outras tantas, vivenciadas por estas populações, como falta de acesso a uma Educação do e no Campo, falta de políticas de fortalecimento da agricultura familiar, abandono do Estado, e invasão do agronegócio no campo brasileiro, expulsando ou interferindo na qualidade de vida e oportunidades dessas populações.

Em contrapartida podemos observar no que se refere à língua Kaingang, que muitas comunidades indígenas buscam a revitalização de suas línguas, pois a manutenção de uma língua está intimamente ligada à manutenção da cultura. Nos exemplos bem-sucedidos de revitalização de línguas indígenas, ocorrem atitudes positivas por uma parte dos falantes (GARCIA, 2009).

Entretanto, são muitos os desafios percebidos para que a língua materna se mantenha presente no cotidiano das aldeias. Claudino (2015) traz o exemplo da área indígena de Guarita/RS, onde no diálogo com um dos professores da escola indígena, destaca-se que a presença da televisão e do rádio nas moradias dos mais jovens da comunidade Kaingang faz com que as crianças cheguem à escola com maior conhecimento da língua portuguesa, o que não acontecia no passado. A alfabetização de indígenas na língua portuguesa, por falta de professores, também contribuiu para a perda progressiva da habilidade no uso da língua materna pelos Kaingang.

Segundo o que nos diz Kondo e Fraga (2013), o índio não deixa de ser índio por ter televisor, rádio, celular, e ainda mais, as autoras afirmam que o índio não deixa de ser índio por falar o português, considerando o fato de que muitos povos indígenas foram obrigados a falar somente o português, principalmente com a chegada dos europeus ao território, que passaram a pregar a necessidade de civilizar os indígenas, ignorando a forma de vida que eles haviam desenvolvido ao longo dos séculos.

Segundo pesquisas realizadas por Kondo e Fraga (2013), o índio aprendeu e necessita dominar o português para se fazer compreender, para buscar por seus direitos e para não depender somente da representação da FUNAI. Ou seja, o índio precisa viver e falar como índio, e saber viver e falar como o “branco”. As reflexões de Rodrigues (1986, p. 17) nos ajudam a compreender a complexidade de povos e culturas que compõem os povos indígenas no Brasil:

Os índios do Brasil não são um povo: são muitos povos, diferentes de nós e diferentes entre si. Cada qual tem usos e costumes próprios, com habilidades tecnológicas, atitudes estéticas, crenças religiosas, organização social e filosofias peculiares, resultantes de experiências de vida acumuladas e desenvolvidas em milhares de anos. E distingue-se também de nós e entre si por falarem línguas diferentes.

Kondo e Fraga (2013) destacam em suas análises que existe uma cobrança que se origina na sociedade do “branco”, de que o índio seja índio, mantendo seus hábitos, sua cultura, sua língua e, ao mesmo tempo, saiba falar bem o português, que saiba lidar com o dinheiro, que domine o uso do caixa eletrônico, entre tantos outros aspectos.

Então podemos perceber que em qualquer aldeia pode ocorrer a perda da língua materna, devido à interferência de pessoas e da cultura do não indígena, ou por não praticarem seu idioma materno, ou por não conviverem junto de seu povo. A supervalorização da cultura ocidental e a desvalorização da cultura materna tem, ao longo dos anos, contribuído significativamente para que os jovens deixassem de vivenciar seus costumes, o que os leva a se distanciarem, cada vez mais, de sua cultura e língua materna. Mesmo que a lei garanta a manutenção da língua e cultura dos povos originários, há muitas forças agindo para que ela se perca.

## 2.2 QUANDO A LÍNGUA MATERNA, POR FORÇA DA LEI, TORNA-SE UM DIREITO

Desde a invasão das terras deste país, até o ano de 1988, os povos indígenas seguiram as políticas nacionais, voltadas à aprendizagem da língua portuguesa e de costumes que lhes eram estranhos. Somente a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal vigente desde então, a perda de sua língua materna, culturas e costumes deixou de ter o amparo legal.

No artigo 231 do Capítulo VIII, lemos que: “[...] são reconhecidas aos índios sua organização social, costumes, línguas e tradição e os direitos sobre as terras que

tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Após a promulgação da lei maior, outras legislações e decretos se seguiram, buscando estabelecer um regramento que pudesse orientar e garantir uma educação diferenciada. A principal delas é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que no seu artigo 78 apresenta, nos seus objetivos: “I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências”. E refere que tal objetivo será colocado em ação através do “[...] Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios”, através do desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas.

Destaca-se, assim, a responsabilidade do estado brasileiro em dar condições e estabelecer formas de garantir que os povos indígenas tenham acesso à educação, não mais somente na língua portuguesa. Para que seja uma educação que os mantenha indígenas.

Percebe-se, ainda, que a legislação não está sendo colocada em prática, quando analisamos quais são os professores das escolas nas comunidades indígenas, como estão sendo formados, quais são os conteúdos escolhidos ou determinados pelo Estado para que sejam ensinados, e qual é a língua dominante.

Como consequência das alterações nas políticas nacionais quanto à educação indígena, é instituída uma Portaria Interministerial do Ministério da Justiça (MJ) e do MEC, que na prática transfere da Funai para o MEC a responsabilidade sobre as escolas indígenas. Estabelece-se, assim, a regulamentação das ações educativas e se reconhece o caráter de aculturação e de destruição dos índios nos processos de escolarização ofertados a eles até então. Os processos educacionais deverão, a partir de então, se constituírem em espaços de reconhecimento étnico e de construção coletiva de conhecimentos que reflitam as expectativas e interesses de cada grupo étnico, fundamentados nas organizações sociais, costumes, línguas, crenças, tradições dos indígenas, bem como nos seus processos próprios de transmissão do saber (conforme consta na Portaria Interministerial MJ/MEC n. 559, 16 abr. 1991).

Seguindo com as legislações, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologadas pelo MEC em 2012, estabeleceram o direito das comunidades indígenas de participarem ativamente da elaboração e implementação de políticas públicas a elas dirigidas, e de serem ouvidas por meio de consultas livres, prévias e informadas nos projetos ou

medidas legais que as atinjam, direta ou indiretamente. Bem como, de poderem decidir e participar no processo de elaboração e implementação de projetos escolares. (Parecer CNE/CEB n. 13/2012).

Mas, apesar de todos os avanços legais, a escola continua sendo um lugar onde a educação colonizadora prevalece. Um lugar com costumes e tradições do não índio. Para Medeiros (2012, p. 122) os saberes que constituem a pessoa Kaingang ainda são ensinados fora da escola. Mas aponta que quando a escola valoriza a língua e a tradição das culturas originárias, estes conhecimentos acabam sendo valorizados, por estarem sendo ensinados no espaço escolar.

Neste sentido, há muito a ser transformado para que uma educação indígena possa acontecer a partir da escola. No entender de Bergamachi e Antunes (2020, p. 120),

A escola indígena precisa realizar uma transformação radical porque é cotidianamente pressionada por um modelo hegemônico de educação escolar que padroniza currículos, práticas, tempos e espaços, e desconsidera a diversidade de saberes e práticas tradicionais de formação de crianças e jovens indígenas presentes de forma diferenciada em cada povo.

As autoras nos ajudam a refletir sobre a necessidade de romper com o jeito ocidental de ensinar, ao resgatar o jeito indígena, específico e diferenciado que é utilizado pelos povos originários. Destaca-se disso, o quadro atual de muitas escolas, no que se refere à falta de professores habilitados a trabalharem em uma escola indígena, e a forte relação entre a educação e a construção da identidade do povo Kaingang.

A obrigação de ir à escola e aprender o português e o conhecimento não-índio tornou este espaço um lugar de perdas. O direito de, na escola, aprender e poder falar o Kaingang, só foi possível a partir da Constituição Federal de 1988. Tornar a escola um espaço de aprendizagem de sua cultura, também é um direito. Mas ambos ainda precisam ser conquistados, e para isso precisa de professores indígenas, que reconheçam a importância de sua cultura, e tenham instrumentalização para fazer da escola uma escola indígena. E, é claro, o respeito do estado e dos demais povos que compõem a nação brasileira.

Para conhecermos um pouco do pensamento dos professores Kaingang que atuam nestas escolas, buscou-se a realização de uma conversa, através de entrevistas. As práticas são possibilidades de compreendermos melhor como ocorre a preservação da língua Kaingang, no contexto escolar e suas práticas de gestão e na sala de aula.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A metodologia a ser apresentada tem como perspectiva conduzir a pesquisa, tanto a forma de coleta de dados como em sua análise. É importante para compreendermos a forma de como será conduzido esse estudo.

Para essa pesquisa vamos utilizar a metodologia qualitativa de natureza exploratória e descritiva. As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos (GIL, 2008).

A coleta dos dados foi realizada a partir de entrevista semiestruturada. A pesquisa foi realizada via online, pela plataforma *cisco webex meeting*, com dois professores que desenvolvem o processo de ensino e de aprendizagem na disciplina de língua Kaingang. Os mesmos, também atuam na direção das escolas indígenas. Conforme orienta Preti (2001), analisamos recortes das gravações de textos orais para elaborar a nossa análise, e para facilitar a compreensão das falas utilizaremos as seguintes abreviações: A1, para designar a fala do professor formado em pedagogia e magistério bilíngue, e que atua como diretor na Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Joaquim Gatê Casimiro, localizada na sede do posto indígena Nonoai; e, A2 para designar a fala do professor que atua na direção da Escola Indígena Pêró Gá, localizada na Linha Benjamim, área indígena do município de Gramado dos Loureiros-RS, formado no curso de magistério bilíngue e acadêmico do ensino superior da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim. Também, a partir dessa técnica de exposição (A1 e A2), preservamos a identidade dos sujeitos que participaram da pesquisa.

#### 3.2 COLETA E CONSTRUÇÃO DOS DADOS

Os dados foram coletados e construídos, utilizando como fontes de informações dois professores com formação superior que hoje atuam como professores e gestores das escolas indígenas. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário semiestruturado aplicado para a identificação de elementos que contribuem ou prejudicam o uso da língua

materna e a cultura do povo Kaingang. Os professores foram identificados como A1 e A2, para preservar sua identidade.

A revisão bibliográfica foi realizada a partir de leituras de obras e artigos que abordam o assunto relativo à construção da identidade do povo Kaingang a partir da proposta da educação do campo, onde trouxeram uma variedade de dados, conceituando educação do campo, aspectos legais que contribuíram para a valorização das línguas maternas, aspectos da educação indígena nos dias atuais, educação e tecnologias, entre outros elementos.

Também, foram analisados aspectos da legislação que trata da especificamente da manutenção e preservação da cultura e identidade indígena. A classificação dessa pesquisa é de natureza bibliográfica, documental e de análise qualitativa a partir das entrevistas semiestruturada.

### 3.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Para o desenvolvimento desse trabalho, inicialmente foram realizadas leituras para compreender o contexto da problemática levantada, ou seja, compreensão do que é uma educação do campo, lugar onde está situada a escola indígena, e mais especificamente a partir de quando a educação voltada para a conservação das línguas originárias começa a estar assegurada e orientada pela Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96) e em outros documentos desenvolvidos na sequência destes.

No primeiro momento realizou-se uma pesquisa em artigos que tratam sobre as temáticas desenvolvidas, para iniciarmos a escrita e as problematizações presentes na pesquisa.

No segundo momento ocorreu a aplicação do questionário com os professores indígenas. Foram elaboradas 7 perguntas, com o objetivo de investigar, a partir da vivência dos professores das escolas, os elementos que contribuem ou prejudicam no uso da língua materna e na preservação da cultura do povo Kaingang (Apêndice A).

No terceiro momento foram analisadas de forma descritiva as respostas apresentadas pelos dois professores, relacionado os resultados com a leitura das obras e artigos, organizado as falas em forma de texto conforme os apontamentos que se destacaram quanto ao objetivo do presente trabalho.

A análise dos dados nesta pesquisa foi realizada através do método da Análise de Conteúdo, o qual “leva em consideração as significações (mensagens), eventualmente a sua

forma e distribuição desses conteúdos e formas” (BARDIN, 2016, p. 49). Ainda segundo a autora, “a análise de conteúdo trabalha a fala, quer dizer, a prática da língua realizada por emissores identificáveis” (BARDIN, 2016, p.49). A partir das transcrições das entrevistas elencou-se categorias para organizar a escrita e análise. As categorias identificadas foram: I) a importância da Língua Kaingang; e II) a formação de professores e as práticas de sala de aula referente a língua Kaingang, no contexto da escola do campo. A partir dessas categorias apresentamos a análise e os resultados nas considerações finais.



#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a aplicação das entrevistas com os dois professores que atuam na direção de duas escolas indígenas, foi possível localizar algumas questões que se destacam, na medida que dificultam ou auxiliam na preservação da língua materna. Os elementos que se destacaram são a formação dos professores que atuam nas escolas, a utilização das tecnologias dentro e fora da sala de aula, a necessidade de conversar com o não indígena, inclusive o professor na sala de aula, e a utilização da língua materna nas escolas das comunidades.

Um dos apontamentos levantados por um dos professores entrevistados é a falta de uma formação docente voltada para o contexto indígena. Para o entrevistado A1:

O que falta talvez assim para a educação indígena ou para a língua materna, é formação de professores ou de pessoal voltado principalmente para a educação indígena, porque hoje os nossos futuros professores, eles tão indo mais buscar o conhecimento nas Universidades, mas conhecimento científico. E com isso é muito bom, porque ele volta para escolas indígenas, mas muitas vezes nesse momento daí a língua materna, ela é esquecida, porque daí a pessoa não tá preparada para trabalhar aquela disciplina, ele tá trabalhando numa outra disciplina, por mais que ele tenha conhecimento da própria língua Kaingang, por mais que ele fale. Mas daí ele não vai saber fazer as aulas, não vai fazer as aulas tudo em Kaingang. Por exemplo, que nem você que tá fazendo biologia, física e química, seria muito bom pra você falar só na língua Kaingang, escrever na língua Kaingang, pra eles poderem entender melhor né. Porque tem pessoas da comunidade que eles entendem muito mais rápido com a língua falada do que o português.

Segundo o professor A1, os professores estão buscando mais conhecimentos científicos nas universidades. Apesar de ser necessário que tenham uma formação universitária, quando eles voltam para as escolas indígenas, muitas vezes, nesse momento a língua materna é esquecida, por eles estarem mais preparados nas disciplinas que cursaram. Isso porque, na universidade eles não aprenderam a língua Kaingang, porque ali não é trabalhado a partir da língua materna. Por mais que eles tenham o domínio da língua, mas eles seguiram conhecendo Biologia, Física e Química em português. Então, a língua materna é esquecida, por não estarem falando nas aulas, o que provoca seu distanciamento na sua formação. Assim, a linguagem científica é aquela onde o conhecimento indígena está presente. Porém, ainda é uma linguagem distante da sua realidade e pouco contextualizada. A Universidade não está preparada para uma formação bilíngue, gerando muitas vezes dificuldade de conectar a linguagem científica da língua originária Kaingang. O professor entrevistado A1 ainda acrescenta:

E daí a gente tem na escola a dificuldade de ter um professor alfabetizador na própria língua Kaingang, porque daí não existe uma formação. Agora lá em Inhacorá existe o instituto que faz o magistério bilíngue, então o professor vem formado tanto pra alfabetizar em português como na própria língua materna.

O professor entrevistado A1 aponta, assim, uma deficiência que percebe na formação superior, mas que já está sendo enfrentada nos espaços formativos, como é o caso do curso de magistério na aldeia de Inhacorá. Da mesma maneira que a formação básica está promovendo a formação bilíngue para a alfabetização, a partir de aulas com professores da língua originária Kaingang. São professores(as), que em diversas situações do ensino aprendizagem utilizam a língua Kaingang, para alfabetizar, através de exemplos e práticas culturais. Desse modo, entende-se que a educação superior precisa preparar seus acadêmicos para ensinarem através da língua Kaingang. A ideia de que o conhecimento científico está distante do conhecimento do povo Kaingang se materializa nesse distanciamento que é percebido no uso da língua portuguesa como meio de ensinar os conteúdos específicos, desenvolvidos nas escolas a partir da quinta série.

O professor entrevistado A1 traz outra reflexão que nos faz pensar sobre a educação indígena:

A educação indígena, ela em torno de uns vinte anos, vinte, trinta anos que ela está aí, a educação europeia ela já tá a quinhentos e poucos anos que ela tá dentro do nosso território brasileiro. Existe a necessidade de aprender outra língua, dificultando a preservação, pois falamos mais o português, por necessidade no trabalho.

Esta fala do professor A1 nos faz refletir que, quando a educação superior indígena se organizar a partir da língua e cultura materna, também buscará trabalhar os conhecimentos específicos de seu povo, os conhecimentos que lhes são importantes, como as leis internas, seus costumes, suas crenças, suas danças, seus remédios, seus chás, sua história e a culinária indígena.

No atual modelo do ensino superior, a educação indígena ainda está voltada para a educação do branco, que é uma educação europeia. Ou seja, a educação, acessada pelos indígenas, pouco tem de indígena, e muito, de europeia. Quando analisamos a divisão e fragmentação dos conteúdos de ciências, como as partes do corpo, e desconhecemos as concepções de corpo dos diferentes povos indígenas que moram no território brasileiro, vamos nos dar conta de que a educação indígena, em tão pouco tempo, e com tão pouca

autonomia para se estruturar, ainda tem um longo caminho a ser trilhado. A começar pelo espaço da sala de aula. Se fosse pensar em uma proposta política pedagógica de como o indígena ensinaria seu próprio filho, ele não seria de forma que nós colocarmos os alunos entre quatro paredes. Ele teria que ter mais conversas com os mais velhos, sentar-se ao redor do fogo, onde os mais velhos passariam as experiências através do diálogo, com os ensinamentos que os mais velhos têm para passar para os mais novos.

Dizem que a educação tem que encher o quadro de escritas, mas para os alunos, isso já não é uma educação pedagógica indígena. Isso está fugindo do contexto, eles não estão trabalhando de acordo com sua tradição, no formato que seus antepassados trabalhavam com educação, onde os conhecimentos eram passados de geração a geração.

A aprendizagem também ocorre através de práticas, onde se reproduzem seus costumes, suas lidas, nas atividades cotidianas. Assim, os pequenos não precisam crescer para aprender, desde criança já vão aprendendo seus costumes. Mas nas escolas indígenas hoje não tem uma política, uma orientação pedagógica indígena. As próprias coordenadorias já vêm com o sistema pronto e colocam para dentro das escolas das comunidades indígenas, para que sigam seus protocolos montados, sem dialogar com as escolas. Isso mostra que a escola indígena não é da comunidade, porque aqueles que possuem o conhecimento sobre a vida e os costumes do povo Kaingang perdeu seu lugar de fala. E, junto com sua cultura, perde sua língua.

Para o entrevistado A2, a língua Kaingang é um patrimônio que deve ser preservado, e que tem se perdido no contato com a sociedade envolvente:

Porque as crianças saem muito né, saem muito e fora eles acabam tendo contato com as pessoas que não são indígenas, daí se obrigam a conversar a língua que não é a materna, que é o português né, e isso acaba se perdendo né, eles acabam esquecendo a língua materna, porque daí eles falam português direto com as pessoas, com o professor não indígena ou com as pessoas que estão fora. Então, também eles não têm com quem conversar a língua materna, e acaba se perdendo né. E tem outras que também não entendem que a língua materna que é um patrimônio da língua Kaingang né, que não deveria se perder, mas tem pessoas que não entendem e acabam não falando, que não falam em suas casas com seus filhos e isso que dificulta muito o aprendizado do aluno. E acaba se perdendo a língua materna né, que só vão se dar conta disso quando, por exemplo, chegar no ensino médio né, e daí eles vão estudar fora, fazer faculdade fora em outras faculdades e a maioria das faculdades hoje exige do povo indígena o conhecimento sobre a língua, né. Se sabe escrever, por exemplo, tem faculdade que já pede, tem questões que são voltadas para a língua indígena, escrever uma redação, por exemplo, e daí já não sabem né, e no final eles vão se dar conta que é um erro não ter levado a língua materna a sério na verdade né.

Nesta fala está presente a interação com a sociedade envolvente, quando as famílias se deslocam para as cidades, de forma a vender seu artesanato. Porque fora da aldeia não há a possibilidade de dialogar na sua língua materna, quando interagem para trocar ou vender sua produção, a língua deixa de ser um bem, e torna-se algo que atrapalha. A necessidade de comunicação com as pessoas da cidade os força ao uso e domínio dessa outra língua. Muitos Kaingang também trabalham fora de suas comunidades, utilizando-se mais ainda da língua portuguesa.

Para o entrevistado A2, também não há, por parte de muitos Kaingang, o reconhecimento de que a língua materna é um patrimônio, e que deve ser conservada. Devido ao contato com a sociedade envolvente torna necessário o domínio de outra língua, e sem que reconheçam a necessidade de se distinguir mantendo sua língua, esta acaba ficando em segundo plano.

Para o entrevistado A1, a língua precisa ser preservada, por sua importância para marcar a identidade indígena, e, assim, garantir os seus direitos. Ela representa a bandeira, a força, a marca que o diferencia do branco:

Muitas vezes por falta de incentivo, por falta de que o pai ou o povo ainda não está sentindo na pele os problemas futuros que vão vir para a futura comunidade, futura geração. Porque daqui a uns anos se todos vão virar como cidadão brasileiro, nós já somos, mas eles vão perdendo a sua própria cultura, a sua própria língua, e que nem a gente diz, povo que não tem uma língua, ele não tem uma bandeira, ele não tem o que defender, ele não tem argumentos para poder se defender. E que nem eu digo, assim, se possa ter mudança de governo vai dizer não, você não é mais indígena porque você não é mais falante, você não está preservando suas raízes, você está como o branco ali fora, você anda que nem ele. O indígena pode andar que nem o branco, tudo, mas pelo menos ele tem que preservar suas raízes, a sua língua, as suas crenças, ele tem que sempre estar preservando ali, dizendo que ele é indígena, ele tá preservando aquilo. Por mais que ele ande que nem um, um não indígena ali. Pode ter carro, pode ter avião, apartamento tudo, mas ele é indígena, ninguém vai tirar dele que ele é indígena, então a força dele seria na própria língua.

A manutenção da língua está relacionada com a preservação de tudo o que representa as raízes do povo Kaingang. Assim, é importante que nas aldeias onde ela já não é falada por todos, a escola possa auxiliar na sua revitalização. Da mesma forma, a língua atua como um diferencial e um marcador de identidade, que, por sua importância, deve ser preservada. Como aponta o entrevistado A1, essa é uma preocupação, inclusive dos pais que não são mais falantes:

E na interferência que existe nas comunidades, tem muitos pais que querem que seus filhos aprendam Kaingang, porque dentro das comunidades existem muitas pessoas que já não tão mais falando a sua própria língua. Por mais que são indígenas, mas

eles estão acabando esquecendo ou por falta de um pai ou uma mãe incentivar. Mas daí eles querem que seus filhos aprendam.

Nessa fala encontramos um destaque para a escola como um espaço de manutenção e revitalização das línguas originárias. Se em décadas anteriores neste espaço a língua Kaingang era proibida, agora torna-se o lugar onde ela pode ser aprendida, quando o espaço familiar já perdeu essa capacidade. Mas esse lugar ainda está muito limitado, e precisa ser ampliado. Para os dois professores entrevistados, que atuam nas escolas indígenas, estes espaços têm buscado manter o aprendizado da língua, ainda que não aconteça em todas as etapas com a mesma intensidade. Conforme relata o entrevistado A2:

A maioria no ensino fundamental que eles tem a língua Kaingang, mas já tem alguns colégio que tem o ensino médio, e ainda continua a língua Kaingang, mas é bem por período, então, é bem pouco. Por exemplo, no ensino fundamental, nós temos três períodos por semana e no fundamental até cinco anos a gente tem mais. Por exemplo, o primeiro ano, é a língua materna o ano inteiro, o segundo ano também a língua materna até o primeiro semestre, daí a partir do segundo semestre entra a língua portuguesa. Mas até o quinto ano é bem trabalhada a língua materna. Já no fundamental, já é menos, que são só três períodos por semana. E no ensino médio também tem, mas é bem pouco. Então, isso também já dá muita interferência porque eles acabam tendo pouca atividade em Kaingang. Mas tipo, onde eu trabalho a maioria, tipo 98% são falantes da língua Kaingang né. Então para nós é bom, porque a gente trabalha muito pouco o português até o quinto ano, porque a maioria, eles não falam português, então a gente conversa diretamente a língua Kaingang com eles né. Porque tem disciplinas que nós trabalhamos, o aluno não entende né, então a gente dá, trabalha oralmente diretamente o Kaingang, explicando, como eles não entenderam a gente interfere bastante na língua Kaingang né. E até o fundamental completo também os alunos tem bastante dificuldade, então como eu falei né, a nossa escola onde eu trabalho é 98% falam a língua Kaingang, a língua materna, então são bem poucos, então a gente consegue ainda manter a língua materna.

O professor entrevistado A2, ao mesmo tempo que relata o empenho da escola em utilizar a língua materna nas séries iniciais do ensino fundamental, aponta que do quinto ao nono ano e no ensino médio a utilização da língua materna diminui, principalmente quando as aulas ocorrem fora das aldeias. Ou seja, quando não há o Ensino Médio na escola da comunidade, e os alunos precisam se deslocar para as cidades. Assim, o uso da língua materna acaba se perdendo, porque no ensino médio fora das comunidades utiliza-se somente o português. Esta constatação do professor A2 relaciona-se com o apontamento do professor A1, de que a formação para as disciplinas não acontece, nas universidades, com a língua materna, e quando retornam para as escolas, os professores indígenas reproduzem o

conhecimento científico aprendido nas universidades, na língua que aprenderam, ou seja, no português.

E da mesma forma que o uso da língua da sociedade envolvente tem interferido na lógica educativa, a tecnologia, como um elemento externo à cultura indígena, também é percebida como uma interferência que não estabelece relação com os conhecimentos tradicionais do seu povo. Quando questionado sobre o papel das tecnologias na preservação da língua materna, o professor entrevistado A2 responde:

Eu também acho que interfere bastante né, porque a tecnologia hoje não tem nada voltada a realidade do povo indígena né. Porque uma rede social não tem nada do Kaingang, ele faz a leitura em português e não tem nada da língua Kaingang. Eu por exemplo, eu uso a rede social constantemente, mas com as pessoas que eu conheço, alguns alunos que eu conheço, a gente conversa na escrita na língua Kaingang, mas eu percebo que a maioria não faz isso. A gente nota nas publicações, tem profissionais que as publicações dele é totalmente em português, as conversas são em português, então também isso acaba interferindo na língua Kaingang, ela acaba se perdendo também um pouco.

A relação entre a língua portuguesa e o uso das tecnologias aparece, assim, como mais um elemento que distancia o Kaingang de sua língua e sua cultura. O professor entrevistado A2 destaca que a utilização dos equipamentos tecnológicos pelos jovens e pela comunidade em geral não auxilia na utilização da língua materna, devido ao predomínio do uso do português, por ser esta a língua presente nos aparelhos celulares. Porém, se faz necessário, integrar a tecnologia ao processo de ensino aprendizagem. Isso seria uma estratégia de uso da tecnologia em benefício da manutenção da língua Kaingang. O uso geralmente, não está ligado a preservação, mas em seu dia-a-dia.

Como eu falei né a tecnologia ela dificulta bastante né, como eu falei né a tecnologia hoje não tem nada da língua Kaingang né, então acaba se perdendo bastante porque o aluno vai mexer com o computador, o celular, é só a língua português né, não tem nada de linguagem Kaingang, principalmente no celular que usa direto no dia-a-dia é só a língua portuguesa né.

É interessante perceber que, muitas vezes, a própria tecnologia oferece uma solução para amenizar o problema da comunicação através dos aparelhos celulares, como destaca o professor entrevistado A2:

Então não tem como a gente cobrar deles também porque eles se obrigam né, se adaptam a língua portuguesa né. Porque o celular tu vai abrir, tu vai ligar é português. Se tivesse como a linguagem ali pra mudar pra língua Kaingang, aí seria diferente né. Quem sabe, quem sabe muda um pouco agora, a gente consiga manter porque tem uma empresa que agora, acho que foi lançado esse ano, acho que incluiu

a língua Kaingang, no celular, um exemplo. Se os Kaingang comprarem esse aparelho eles podem colocar ele na língua materna. Isso ajuda bastante manter na língua, foi uma forma de pensar que a empresa lançou isso.

Percebemos, assim, na fala do entrevistado A2, as limitações impostas pela tecnologia, na medida onde a língua materna não está presente nem nos textos disponibilizados para as pesquisas, e pouco se usa nas conversas ou mesmo nas publicações dos falantes da língua. Destaca, porém, que a tecnologia poderia ser utilizada na preservação da língua, caso os equipamentos eletrônicos oferecessem alternativa para a escrita em Kaingang. Relata que, para o caso do celular, já existe uma operadora que pretende oferecer esse serviço.

Quanto a esta questão, o olhar do professor entrevistado A1 difere um pouco:

A tecnologia ela tá aqui para ajudar, né, porque muitas vezes hoje o próprio celular quando a gente manda whatsapp, você pode falar em Kaingang, no whatsapp, você manda áudio, você consegue escrever. E muitas vezes hoje, por falta de conhecimento, muitas pessoas dizem que a tecnologia vai atrapalhar a cultura indígena. Não, é o contrário, aí a gente vai ter que mostrar para vários outros países, ou pessoas que tem acesso a própria tecnologia, deles vê que a nossa escola, a nossa educação, ela tá se desenvolvendo melhor, sendo cada dia melhor né. (...) Então, aos poucos, a nossa educação indígena, ela está avançando, e a própria tecnologia, ela esta aí para ajudar. Porque se eu vou escrever para ti em Kaingang, talvez, você vai me entender como eu vou falar para ti. Talvez eu te mando áudio em Kaingang, você vai entender melhor o que eu to querendo te dizer, e na escrita também.

Podemos perceber, assim, que apesar de as ferramentas tecnológicas atrapalharem a preservação e utilização da língua materna, ela poderá ajudar na sua manutenção, na medida onde sejam oferecidos sistemas que permitam a escrita na língua Kaingang. Mas também será necessário ampliar os textos em Kaingang na Internet. Esse material poderia ser produzido pelos alunos nas escolas, ou mesmo pelos estudantes das universidades.

Mas, neste momento, as escolas indígenas utilizam pouco a tecnologia, e mesmo nos diálogos através do celular, poucos se utilizam da língua materna. E a maioria das escolas, nas comunidades indígenas, não contam com uma sala de informática. Mas, na medida onde as tecnologias não são adaptadas à língua Kaingang, e obrigam o aluno a fazer a leitura na língua portuguesa, dificultam tanto o desenvolvimento quanto a manutenção da língua materna.

Assim como a falta de textos na língua materna na Internet, também há pouco material didático e livros ou outros textos que possam ser utilizados no cotidiano, como descreve o professor entrevistado A1:

O que os nossos alunos encontram dificuldade, porque muitas vezes não existe um material didático disponível para os alunos. Ele não tá em grande quantidade nas casas, no colégio, então a gente percebe que muitas vezes o aluno aprende alguma coisa aqui, e na casa ele não tá desenvolvendo, ele não tá fazendo, então o aluno fica tipo três horas, quatro horas aqui na escola, mas as outras vinte horas ele tá dentro da comunidade ou dentro da própria família, que muitas vezes a família também não é falante né. Então a dificuldade que se encontra nisso, é nessa parte, que tem muitos são falantes e querem estudar só em português, não querem estudar na própria língua materna.

Destaca-se na fala acima a necessidade de material pedagógico disponível nas escolas. O que nos traz a necessidade de questionar de que forma o estado, no seu papel de mantenedor dos espaços educacionais, tem oferecido as condições para que as especificidades de língua e cultura sejam respeitadas. Os livros didáticos na língua portuguesa sempre estão presentes em português, e para as escolas indígenas, qual o suporte que o estado tem oferecido?

No artigo 24, da Resolução Nº 5, de 22 de junho de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, está detalhado, entre as atribuições da União: “VII - promover a elaboração e publicação sistemática de material didático específico e diferenciado, destinado às escolas indígenas.” (p. 12).

Além da ausência das políticas de estado para suprir o material didático, da mesma forma, questiona-se o papel das instituições de ensino que estão voltadas à formação dos docentes indígenas, que também tem, entre suas atribuições, a de garantir a competência pedagógica para que os profissionais formados em seus cursos superiores possam atender as demandas de suas comunidades.

Conforme consta no artigo 2º da mesma legislação: “Formar indígenas para serem professores e gestores das escolas indígenas deve ser uma das prioridades dos sistemas de ensino e de suas instituições formadoras, visando consolidar a Educação Escolar Indígena como um compromisso público do Estado brasileiro.” E acrescenta, no inciso terceiro, que “Os cursos de formação de professores indígenas, em nível médio ou licenciatura, devem enfatizar a constituição de competências referenciadas em conhecimentos, saberes, valores, habilidades e atitudes pautadas nos princípios da Educação Escolar Indígena.” (p. 10).

Outro complicador, no olhar do professor entrevistado A1, refere-se ao ingresso nas turmas, de alunos que não tem domínio da língua materna.

A forma de trabalhar depende muito do professor porque existe muito material didático que está sendo construídos pelos próprios professores, então o professor, ele vai embasado, mas ele não tem uma garantia, ele não tem uma sequência, muitas vezes, do que ele tá trabalhando dentro das aulas Kaingang. Porque talvez tenha uma



escola lá que não tá alfabetizando na língua Kaingang. Então ele chega aqui no quinto ou no sexto ano e ele não sabe nada. Então ele vai ter que começar do zero com aquele aluno, por mais que os outros estão lá na frente, estão mais avançados, e daí muitas vezes um aluno acaba atrasando toda a turma. Então muitas vezes não tem uma sequência de conteúdo, mais práticas que são trabalhadas no dia a dia, a forma deles escreverem. Porque existem os dialetos também que são diferentes, tem várias comunidades que fala uma diferente da outra.

Observa-se, assim, que o cotidiano das escolas do campo, quando estão em territórios indígenas, trazem uma complexidade de questões para os professores, desde a falta de material didático, o ingresso de alunos que não dominam a língua materna, e ainda os diferentes dialetos que ocorrem entre os falantes da língua Kaingang.

Mas apesar dessa complexidade da ação educativa, muitas escolas resistem e buscam manter o ensino da língua materna, conforme relata o professor entrevistado A1:

Aqui ela [a língua Kaingang] é estudada até o nono ano. Ela tem professores que trabalham no pré, primeiro e depois ficam alfabetizando no português. Mas do sexto ao nono ano tem as disciplinas que seriam em Kaingang. Futuramente se vier o ensino médio pra dentro da comunidade indígena, a tendência é a gente alfabetizar ou trabalhar a língua Kaingang até o ensino médio, então o nosso sonho como escola é fazer do pré até o ensino médio a língua Kaingang estar presente em todas as disciplinas.

Conforme apresentado nas falas dos professores entrevistados, por serem poucas as escolas com ensino médio dentro das aldeias, ocorre uma ruptura ainda maior quando estes alunos necessitam dar continuidade nos seus estudos em escolas não indígenas. Como refere o professor entrevistado A2:

E [o Kaingang] acaba se perdendo porque o ensino médio fora não tem a língua materna a deles, seria só o português. Algumas escolas daqui também da nossa comunidade tem no ensino médio, mas a língua Kaingang é trabalhada muito pouco, então isso dá bastante interferência na língua materna.

Observa-se assim a perda progressiva do uso da língua materna no espaço escolar, na medida onde o estudante vai avançando nos estudos. O deslocamento para realizar o ensino médio em espaços fora da comunidade também coloca o indígena em um contato maior com o português e a cultura ocidental, ampliando o distanciamento de seu contexto cultural. E esse distanciamento é maior ainda nas comunidades onde a escola adota como primeira língua o português, conforme relata o professor entrevistado A2:

A língua materna seria a nossa né, a língua materna seria o primeiro lugar né, para se trabalhar. Como nós temos em outra aldeia, que também pertence ao mesmo setor da

liderança que seria o cacique, que já optaram em trabalhar a primeira língua materna o português né, porque são comunidades que já tem mais falantes em português, então eles optaram por trabalhar mais o português que tem a língua Kaingang por segunda opção. Aqui a nossa comunidade já não, a primeira opção é a língua Kaingang.

Conforme descreve o professor entrevistado A2, nas comunidades onde há poucos falantes da língua materna, a comunidade faz a opção por alfabetizar na língua portuguesa. Nessa situação, a dificuldade na preservação da língua e os conhecimentos e especificidades da cultura Kaingang aumentam ainda mais. Esses são os resultados identificados ao longo da coleta e análise de dados. Sabemos da importância para a melhoria que ainda precisamos avançar na realidade prática, nos diversos contextos da educação do e no campo, como também das discussões referente a preservação da língua Kaingang. Mas, ressaltamos que essa pesquisa, nós traz indicativos importantes para que a escola, professores e família estejam conectados, nas falas, nos diálogos culturais, alimentares dentre outros, para preservar sua identidade e sua língua. Destaca-se também, que a pesquisa evidenciou um desenvolvimento formativo, quando retrata a suas práticas nos componentes desenvolvidas no Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo - Ciências da Natureza com a pesquisa. A universidade, também, precisa contribuir com o bilinguismo, entender as dificuldades e possibilitar aproximar mais a realidade cultural, sua língua e tecnologias das práticas científicas. Talvez esse seja um dos desafios a serem ainda percorrido.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho tem como objetivo identificar nas práticas pedagógicas de professores de língua Kaingang em escolas do e no campo, quais estratégias que estão sendo utilizadas para a preservação e manutenção da língua Kaingang. Alguns resultados são apresentados nesta monografia, a partir de entrevistas com dois professores indígenas que atuam nas escolas do e campo, sobre alguns elementos que interferem na manutenção da língua materna, tanto nos espaços formativos como fora deles. Estes apontam, em suas falas, tanto as ações que contribuem para a preservação da língua, quanto aquelas que interferem na sua preservação.

Foi possível perceber, a partir das entrevistas, que para a manutenção e fortalecimento da língua materna, a formação superior também necessita ser oferecida nessa língua, pois quando os professores preparam suas aulas, para desenvolverem as atividades nas mais diversas disciplinas, quando chegam na sala de aula, vão ter dificuldade em explicar os conteúdos em uma língua onde o conhecimento não foi desenvolvido. Os termos científicos muitas vezes não possuem tradução, e podem nem fazer sentido para seus alunos.

É importante que os professores indígenas possam acessar uma formação superior. Mas, quando esta não ocorre na língua materna e, somente no português, quando o professor indígena, formado, for trabalhar na escola, não terá uma competência estruturada para desenvolver aqueles conteúdos na língua materna, pois sua formação para aqueles conteúdos está estruturada em outra linguagem. A produção de materiais de estudo e atividades para o desenvolvimento dos conhecimentos, com a utilização da língua materna, também é prejudicada. A preocupação com o ensino e o domínio do conhecimento ocidental impede que o conhecimento indígena seja desenvolvido, e posteriormente aplicado nas escolas das comunidades. A desvalorização da oralidade e dos métodos pedagógicos utilizados pelos povos originários também são elementos que não contribuem para a preservação da língua, cultura e vai contra os princípios presentes na Constituição Federal/88 e na LDB/96. Então, a escola como um todo precisa olhar para o currículo que desenvolve, os conteúdos que estão sendo ensinados, e as metodologias utilizadas, para se aproximar mais do conhecimento que lhe é específico.

A utilização de ferramentas tecnológicas, no olhar dos professores entrevistados, pode tanto contribuir na manutenção da língua, como atrapalhar. Para o professor entrevistado A2, para que possa ser uma ferramenta aliada à preservação da língua, necessitaria oferecer a possibilidade de escrita na língua Kaingang, principalmente o celular. Destaca que no formato

como está hoje, não tem ajudado na preservação da língua materna. Para o professor entrevistado A1, as tecnologias podem ser aliadas na preservação da língua Kaingang, pois permitem que a comunicação possa ser desenvolvida, tanto na escrita, quanto na linguagem falada.

A manutenção do aprendizado da língua materna, através da alfabetização na língua Kaingang e a continuidade de atividades voltadas à cultura da comunidade são elementos que auxiliam na preservação da identidade indígena. Há casos em que a escola não enfatiza o aprendizado da língua materna, muitas vezes porque nestas comunidades há poucos falantes.

Garantir que o ensino seja oferecido dentro das comunidades, do nível fundamental ao médio, e ampliar os processos de elaboração, organização e distribuição de material didático, são duas questões apontadas nas entrevistas. Isto porque, observa-se uma ruptura ainda maior quando os alunos necessitam dar continuidade nos seus estudos em escolas não indígenas. Porém, essa garantia, sem que a escola como um todo se organize para que a língua materna esteja mais presente, também não garante que a língua portuguesa seja predominante.

Em uma sociedade que oferece muito material na língua portuguesa, o acesso a materiais de pesquisa na Internet ou em livros, na língua Kaingang, é muito restrito. Este é um grande problema que poderia ter mais atenção tanto do poder público quanto das universidades.

A desvalorização da cultura e da língua pelo povo Kaingang, ao não perceber a importância de sua preservação, faz com que muitos pais não conversem e ensinem a língua aos seus filhos, dificultando o trabalho dos professores nas escolas e prejudicando no aprendizado do Kaingang como primeira língua. Compreender o porquê disso e desenvolver ações para a valorização da própria cultura também é uma questão que precisa ser analisada, para que a identidade e a língua Kaingang sejam percebidas como um valor a ser preservado.

Por tudo isso, a educação indígena é um grande desafio. Seja nos espaços escolares, seja nas outras formas de educação, que lhes são específicas. A ampliação do acesso às tecnologias precisa permitir que o acesso às suas culturas originárias também aconteça por esse meio. A ampliação de materiais didáticos, livros de história e outros, que já está em curso, precisa chegar às escolas. O acesso ao ensino superior já tem permitido que muitos materiais sejam produzidos, como Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações de Mestrado e Doutorado. É preciso que esse continue a ser um espaço de reflexão, de diálogo entre os conhecimentos originários e os conhecimentos da sociedade envolvente, para que a língua materna, resistindo, continue a permitir que a identidade Kaingang não se perca.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_, MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sonia Meire S. Azevedo. (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2004. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 5.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida, & Antunes, Cláudia Pereira. **Professores indígenas no Sul do Brasil: dos contextos de dominação/submissão aos caminhos da autonomia**. Foro de Educación, 18(1), 2020, 103-124. doi: <http://dx.doi.org/10.14516/fde.692>

BRASIL.. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988, 35. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao\\_federal\\_35ed.pdf?sequence=26](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26)>. Acesso em: 8 ago. 2012.

BRASIL. **Decreto n. 26, de 4 de fevereiro de 1991**. Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 fev. 1991. n. 25, Seção 1, p. 2487.

BRASIL. **Decreto n. 6.861, de 27 de maio de 2009**. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 fev. 2009. n. 100, Seção 1, p. 23.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, 27833-27841.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental**. Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC/SEF, 1993. 22p. (Cadernos Educação Básica, série institucional, 2).

BRASIL. **Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB n. 13/2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jun. 2012. Seção 1, p. 18.

BRASIL. **Portaria Interministerial n. 559, de 16 de abril de 1991**. Sobre a educação escolar para as populações indígenas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 abr. 1991. n. 73, Seção 1, p. 7084-7085.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo & FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Wanessa de. **A pedagogia de projetos como estratégia para a formação de professores para uso do computador na educação**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2008.

CASTRO, Wanessa de. Pedagogia de projetos em educação mediada por computador. **Revista UNOPAR Científica Ciências Humanas e Educação**, Londrina, v. 8, n. 1, p. 89-98, jun. 2007. Disponível em: <https://www.sumarios.org/revista/unopar-cient%C3%ADfca-ci%C3%A4ncias-humanas-e-da-educa%C3%A7%C3%A3o?page=16>. Acesso em 20 set. 2021.

CLAUDINO, Cleci. **O Papel Social da Mulher Kaingang na Terra Indígena Guarita**. Trabalho de conclusão de Curso. UFSC. Florianópolis, 2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL: POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2., 2004, Luiziana. Por uma política pública de educação do campo: texto base. Luiziana, GO, ago. 2004. Disponível em: Acesso em 22/06/2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1997.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, Juliana Schneider. *Escola Indígena e Ensino de História: um estudo em uma escola Kaingang da Terra Indígena Guarita/RS*. Dissertação de Mestrado. 2012. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.

MONTE, Nietta Lindenber. **E agora, cara pálida? Educação e povos indígenas, 500 anos depois**. Universidade Federal Fluminense. Comissão Pró-Índio do Acre. Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez 2000 N° 15.

NASCIMENTO, Andre Marques. *Português intercultural: fundamentos para a educação linguística de professores e professoras indígenas em formação superior específica numa perspectiva intercultural*. 2012. 477f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

OLIVEIRA, Luiz Antônio de. NASCIMENTO, Rita Gomez do. Roteiro para Uma História da Educação Escolar Indígena: Notas Sobre a Relação entre Política Indigenista e Educacional. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 765-781, jul.-set. 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

PRETI, Dino. (org.). *Análise de Textos Oraís*. 5. ed. São Paulo: Humanitas, 2001  
Resolução CNE/CEB 5/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de junho de 2012, Seção 1, p. 7.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1 ) O que considera ser fundamental para o aperfeiçoamento da educação na escola indígena? Que políticas educacionais se constituem nas práticas de ensino aprendizagem da língua materna ou tem muitas interferências de questões externa a aldeia ou a educação?
- 2 ) O que é uma educação pedagógica escolar indígena?
- 3 ) Qual é a forma de trabalhar nas aulas Kaingang?
- 4 ) Por que a língua materna Kaingang vem se perdendo?
- 5 ) Até que série é estudada a língua Kaingang?
- 6 ) Quais as dificuldades que o aluno indígena possui para o desenvolvimento da língua Kaingang em sala de aula? aponte também pontos importantes?
- 7 ) As escolas indígenas estão utilizando a tecnologia com os alunos para o desenvolvimento da língua Kaingang? a tecnologia dificulta ou atrapalha no desenvolvimento ?

**APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS  
CAMPUS ERECHIM/RS****Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza****Para maiores de 18 anos**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: “Escola do campo: a sala de aula como prática de preservação da língua Kaingang”, desenvolvida por Valdemor Tedesco, natural de Nonoaí/RS, aluno da Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Erechim, sob orientação da Professora Dr. Almir Paulo dos Santos. O objetivo central do estudo é identificar nas práticas pedagógicas de professores de língua Kaingang em escolas do e no campo, quais estratégias estão sendo utilizadas para a preservação e manutenção da língua Kaingang. O convite a sua participação se deu pelo fato de ser professor/a da língua Kaingang em escolas do e no campo. Sua participação é fundamental para termos um resultado mais preciso sobre referente a preservação da língua Kaingang. Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, sua participação é muito importante para a execução da pesquisa. Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, ou seja, em momento algum seu nome será divulgado, e o material coletado será armazenado em local seguro com a pesquisadora. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. A sua participação consistirá em responder perguntas de um questionário ao pesquisador do projeto ao qual terá acesso apenas a pesquisador e o orientador. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos. O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de ter como possibilidade de ser ouvido (a) em suas expectativas, anseios, dúvidas e angústias referente a preservação da língua Kaingang no contexto da escola do e no campo. Nesse sentido, serão tomadas medidas de respeito com o participante, respeitando suas respostas. Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais. Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação! Erechim, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_ Assinatura do Pesquisador Responsável Contato profissional: Tel: (54) 3321-7050 E-mail: almir.santos@uffs.edu.br - As pesquisadoras envolvidas com o referido projeto são: graduação Valdemor Tedesco e Professora Dr. Almir Paulo dos Santos. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato



com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS: Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745 e E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899, Chapecó - Santa Catarina – Brasil. Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Dados do participante da pesquisa:

Nome: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assinatura do participante da pesquisa  
\_\_\_\_\_ Assinatura do pesquisador